



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
ESCOLA JUDICIAL
TERMO DE REFERÊNCIA
PROAD nº 361/2020

1 UNIDADE REQUISITANTE: Escola Judicial do TRT-7ª Região.

2 OBJETO: Contratação da professora **Volia Bomfim Cassar (CPF: 003.887.897-60)** para ministrar o **Curso: Lei Geral de Proteção de Dados Aplicada às Relações de Trabalho (on line)**, integrante da agenda de capacitação do primeiro semestre de 2021 da Escola Judicial do TRT-7ª Região, que acontecerá nos dias 24 de fevereiro (das 17h às 20h), 03 e 10 de março (das 18h às 20h) do corrente ano totalizando 7 horas/aula de capacitação de forma remota com a transmissão realizada através da plataforma *Google Meet*.

2.1 JUSTIFICATIVA DO REQUISITANTE

Justifica-se o pedido considerando a decisão unânime da Diretoria e Coordenação Acadêmica da Escola Judicial do TRT da 7ª Região, no sentido da contratação da professora doutora Volia Bomfim Cassar.

Acrescentamos que a iniciativa coaduna-se com os objetivos estratégicos nº 1: “Promover a melhoria da gestão de pessoas e da qualidade de vida”, nº 8: “Fortalecer os processos de governança e o combate à corrupção” e nº 9: “Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional e os direitos da cidadania”, inseridos no Planejamento Estratégico deste Regional, além do investimento na capacitação continuada, na valorização e na elevação dos níveis de motivação e comprometimento dos magistrados e servidores do TRT-7ª Região.

A presente demanda encontra-se devidamente prevista no plano anual de contratações desta Escola Judicial.

3 OBJETIVO GERAL DO CURSO:

A capacitação tem como objetivo promover espaço de reflexão sobre os conhecimentos teóricos trazidos pela Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD aplicada

às Relações de Trabalho, a fim de possibilitar a formação e aperfeiçoamento continuados dos magistrados e servidores do Sétimo Regional.

4 ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO: Contratação da professora doutora Volia Bomfim Cassar (CPF: 003.887.897-60) para ministrar o Curso: Lei Geral de Proteção de Dados Aplicada às Relações de Trabalho (*on line*), integrante da agenda de capacitação do primeiro semestre de 2021 da Escola Judicial do TRT-7ª Região, que acontecerá nos dias 24 de fevereiro (das 17h às 20h), 03 e 10 de março (das 18h às 20h) do corrente ano totalizando 7 horas/aula de capacitação de forma remota com a transmissão realizada através da plataforma *Google Meet*.

Carga horária: 7 horas.

Público-alvo: Magistrados e servidores do TRT-7ª Região.

Dia e Horário do curso: 24 de fevereiro, 03 e 10 de março de 2021, no horário de 17h às 20h no primeiro dia e das 18h às 20h nos demais.

Certificação: Emissão de certificado pela contratante.

Serão abordados os seguintes tópicos:

- Noção Geral da LGPD;
- Aplicação da LGPD aos contratos de trabalho – Parte I;
- Aplicação da LGPD aos contratos de trabalho – Parte II;
- Hipóteses Especiais e o Término do Tratamento;
- Aplicação da LGPD ao Processo do Trabalho.

Não há previsão de material didático.

5 DA INVIABILIDADE DE COMPETIÇÃO: Contratação da professora Volia Bomfim Cassar (CPF: 003.887.897-60) para ministrar o Curso: Lei Geral de Proteção de Dados Aplicada às Relações de Trabalho (*on line*), parece-nos a mais viável dentre as opções do mercado, pela sua formação acadêmica e experiência no magistério superior acerca da temática proposta.

Considere-se ainda que o serviço que se tenciona contratar requer nível intelectual condizente com o público-alvo que se pretende atingir, enquadrando-se como serviço técnico de natureza singular, o que forçosamente conduz à busca de solução que não pode ser comparada e que passa, inevitavelmente, pelo juízo de discricionariedade do requisitante, fundamentado na confiabilidade depositada na experiência do profissional em face da sua experiência na temática pretendida.

Tais considerações nos impõem a contratação mediante inexigibilidade de licitação, conforme dispõe o art. 25 da Lei nº. 8.666/93, "*in verbis*":

“Art. 25 É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

(...)

II – para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

(...) 1º. Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado a plena satisfação do objeto do contrato”.

Tomando por base a decisão de nº 439/98 do TCU, sobre o requisito da singularidade da prestação do serviço a fim de caracterizar a inexigibilidade de licitação, merecem nossa transcrição os fundamentos de nº 31, 32 e 33, *in verbis*:

“31. É sensivelmente predominante na doutrina a tese de que o notório especialista não é, necessariamente, o único prestador do serviço pretendido. Precisa ser, no entanto, indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto. Citamos alguns autores que comungam esse pensamento: "A inviabilidade de competição, nos casos de prestação de serviço, ocorre quando presentes certos elementos característicos. O caso mais evidente ocorre quando uma única pessoa se encontre em condições para executar um serviço. Não haverá competição possível quando inexistir pluralidade de particulares habilitados a satisfazer a Administração Pública. Essa, porém, é uma situação excepcional. Estatisticamente, configura uma hipótese extremamente rara. Há casos mais comuns de aplicação do art. 25, inc. II." (Marçal Justen Filho, 'in' Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 4ª edição, 1995, pág. 170); "...Por certo poderíamos, no plano abstrato, afirmar a possibilidade de se realizarem procedimentos seletivos (não 'licitações', note-se) para as contratações desse tipo de serviços, visto que, embora tenham natureza singular, não são os únicos (isto é, mais de um profissional e mais de uma empresa podem prestá-los).

... A realização de licitações nesses casos, no entanto – 1º- seria incompatível com o princípio do julgamento objetivo da licitação e - 2º - desatenderia ao interesse público'. (Eros Roberto Grau, in Licitação e Contrato Administrativo – Estudos sobre a Interpretação da Lei, Malheiros, 1995, pág. 88). 'Destarte, a primeira verificação que fazemos é a de que a notória especialização traz em seu bojo uma singularidade subjetiva, isto é, de seu executor. Note-se que dissemos singularidade e não exclusividade. Evidentemente, se alguém for único na matéria, a licitação tornar-se-ia

não mais despcienda, mas impossível. Haveria, desta maneira, impossibilidade fática de licitar!' (Lúcia Valle Figueiredo, 'in' Direitos dos Licitantes, Malheiros, 3ª ed., 1992, pág. 33).

32. Não podemos esquecer, no entanto, que, conforme os requisitos sintetizados por Jorge Ulisses Jacoby Fernandes na obra anteriormente mencionada, a notória especialização precisa estar relacionada com a singularidade pretendida pela Administração. Portanto, cabe ao administrador avaliar se determinado profissional é ou não notório especialista no objeto singular demandado pela entidade, baseando-se, para tal julgamento, no desempenho anterior do candidato e nas demais características previstas no § 1º do art. 25 da Lei de Licitações.

33. Quem, senão o administrador, poderá dizer se determinado instrutor é 'essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato', no caso, um curso perfeitamente direcionado para o atendimento das peculiaridades do órgão contratante? Apenas ele, mediante motivação em que relacione as razões da escolha, poderá identificar no professor ou na empresa contratada os requisitos essenciais impostos pelas particularidades do treinamento pretendido. (grifos nossos)

Desse modo, resta claramente atingido o requisito da singularidade da prestação do serviço, haja vista a decisão unânime da Diretoria e Coordenação Acadêmica da Escola Judicial do TRT da 7ª Região no sentido da escolha da professora Volia Bomfim Cassar (CPF: 003.887.897-60) para ministrar o Curso: Lei Geral de Proteção de Dados Aplicada às Relações de Trabalho (*on line*), como a melhor opção para a Administração, pelas seguintes razões:

5.1 RAZÃO DA ESCOLHA DO PRESTADOR:

- Referida palestrante é Doutora em Direito e Economia pela UGF, mestre em Direito Público pela UNESA, Pós-Graduada em Direito do Trabalho pela UGF, Pós-Graduada em Processo Civil e Processo do Trabalho pela UGF, membro da Academia Brasileira de Direito do Trabalho, Desembargadora do TRT da 1ª Região aposentada, professora do curso LFG, CERS, IEPREV, de Escolas Judiciais, autora de diversas obras jurídicas e advogada Trabalhista. Possui desta forma expressiva atuação no magistério superior onde exerce a função de pesquisadora da Universidade do Grande Rio e Coordenadora da pós-graduação de Direito do Trabalho da Universidade Anhanguera. Domina com desenvoltura a tarefa de ministrar palestras de onde obteve exitosas avaliações ao proferir palestras nos Tribunais do Trabalho da 1ª , 5ª, 17ª, 21ª e também no Sétimo Regional por duas ocasiões;
- A temática atualizada imprescindível ao aperfeiçoamento continuado dos magistrados, em compasso com as transformações por que passa o mundo diante de

tamanha crise sanitária, exigindo nível máximo de eficiência na atuação profissional dos magistrados;

- A proposta apresentada pela professora totaliza valor compatível ao habitualmente praticado pela ilustre profissional em outras capacitações ministradas conforme notas de empenho anexadas.

5.2 JUSTIFICATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO: para melhor aferição do benefício da proposta apresentada, colaciono quadro esquemático comparativo entre o valor proposto para a Sétima Região e os demais valores cobrados pela participação da profissional nos demais órgãos e instituições relacionadas:

TRIBUNAL	CARGA/HORÁRIA	VALOR TOTAL
TRT7	7 HORAS	R\$ 3.500,00
TRT1	2 HORAS	R\$ 1.100,00
TRT5	1 HORA	R\$ 500,00
TRT7	1 HORA	R\$ 500,00
TRT17	4 HORAS	R\$ 3.850,00
TRT21	8 HORAS	R\$ 10.000,00

Esclarecemos que em virtude da crise sanitária que o país atravessa, e considerando a necessidade de oferecermos a capacitação objeto deste processo administrativo, a Escola Judicial tem promovido 100% dos seus eventos através de ferramentas de videoconferência, na modalidade não presencial, considerando não ser possível diante da pandemia, o rompimento do distanciamento social orientado pelas instituições da Saúde do país.

6 DADOS COMPLEMENTARES

6.1 DO PREÇO: No preço ofertado deverão estar incluídos todos os tributos e demais encargos necessários à completa execução do objeto.

6.2 PRAZO DE RECEBIMENTO: Os serviços serão recebidos:

O recebimento do serviço dar-se-á provisória - imediatamente após a conclusão - e definitivamente - em até 2 (dois) dias úteis do recebimento provisório, após comprovação o atendimento às exigências estabelecidas neste termo.

6.2.1 O recebimento definitivo dos serviços não exclui a responsabilidade da contratada por vícios de qualidade ou disparidade com as especificações técnicas verificadas posteriormente.

6.3 DA HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação ao presente processo de contratação direta, a interessada terá de satisfazer os requisitos relativos a:

- a) habilitação jurídica – RG e CPF;
- b) regularidade fiscal e trabalhista;
- c) cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e na Lei nº 9.854/99;
- d) declaração de não incursão na vedação constante da Resolução CNJ nº7/2005, alterada pela Resolução CNJ nº 9/2005 e do inciso III do Art. 9º da Lei nº 8.666/93;
- e) declaração de que não presta serviços através de instituição (pessoa jurídica).

6.3.1 Os documentos relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista são:

- a) Prova de regularidade relativa à Fazenda Federal (Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União e INSS) e Municipal;
- b) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.3.2 O cumprimento do disposto nas alíneas “c”, “d” e “e” do item 6.3, dar-se-á mediante Declarações do interessado, conforme modelos constantes no anexo I deste Termo de Referência.

7 SUBCONTRATAÇÃO: Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada.

8 - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

8.1 A gestão e a fiscalização da contratação caberão aos representantes da Administração especialmente designados. Nos impedimentos e afastamentos legais deste, suas funções serão desempenhadas por seus respectivos substitutos.

8.1.1 A Administração poderá alterar a designação dos gestores e fiscais, quando conveniente, sendo consignado formalmente nos autos e comunicado à Contratada, sem necessidade de elaboração de termo aditivo.

8.1.2 O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

8.2 Os gestores e fiscais designados exercerão, de forma segregada, as atribuições previstas na Resolução TRT7 nº. 8/2019, e tudo o mais que for necessário visando o adequado acompanhamento e fiscalização da execução contratual, devendo ainda providenciar as medidas necessárias às soluções de quaisquer contratemplos que porventura venham a ocorrer.

8.3 As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos gestores e fiscais deverão ser solicitadas, em tempo oportuno, à Diretoria competente, para adoção das medidas que julgar convenientes.

8.4 A gestão e a fiscalização de que trata este item não excluem nem reduzem a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/93.

8.5 As informações e os esclarecimentos solicitados pela Contratada poderão ser prestados através do telefone (85)3388.9339.

8.6 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9 OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

a) Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais;

b) Fornecer o espaço para realização do treinamento, necessário à sua perfeita execução.

c) prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela parte contratada;

d) promover o pagamento na forma e no prazo estipulados neste Termo de Referência.

10 OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

- a) Antes do início da execução contratual, designar formalmente (mediante comunicação escrita) preposto responsável por representar o contratado durante esse período;
- b) Envidar todo o empenho e dedicação necessários ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe são confiados;
- c) Zelar pela boa execução do contrato, utilizando as melhores técnicas e recursos instrucionais, de modo que os serviços avançados sejam realizados com esmero e perfeição, assegurando elevado nível e qualidade para o Curso;
- d) Comunicar ao Tribunal, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar todos os esclarecimentos julgados necessários;
- e) Responder por perdas e danos que vier, comprovadamente, a causar ao Contratante ou a terceiros, em razão da ação ou omissão dolosa ou culposa, de seus empregados ou prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
- f) Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições exigidas para a contratação;
- g) Aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, nos limites estabelecidos no art. 65, §1º, da Lei 8.666/93.
- h) Não possuir em seu quadro de sócios, cônjuge, companheiro, ou parente em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, de membros ou juízes vinculados, ou servidor investido em cargo de direção e de assessoramento, vinculados ao TRT7, nos termos da Resolução nº 07/2005 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

11 DO PAGAMENTO

11.1 O pagamento será efetuado na conta bancária fornecida pela empresa, em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento definitivo, condicionada ao recebimento da Nota Fiscal, ocasião em que este Tribunal verificará a regularidade com a Fazenda Federal (Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União e INSS), com a Fazenda Municipal, bem como a regularidade trabalhista, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

11.2 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.3 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.4 Antes do pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

11.5 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.6 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.7 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{i}{365} \quad I = \frac{6}{100} \quad I = 0,00016438$$

Em que i = taxa percentual anual no valor de 6%, capitalizada diariamente em regime de juros simples.

VP = Valor da parcela em atraso.

11.8 No Caso de aplicação de multa o valor respectivo será deduzido da fatura.

12 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 O Contratado poderá incorrer nas seguintes sanções:

- a) Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretarem prejuízos significativos para a Contratante;
- b) multa moratória, no percentual de 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor da contratação, na hipótese de inexecução parcial do contrato (atraso de até 30 minutos);
- c) multa compensatória, no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da contratação, na hipótese de inexecução total do contrato (atraso superior a 30 minutos);
- d) multa compensatória, no percentual de 3% (três por cento), calculada sobre o valor da contratação, para os demais casos de descumprimento contratual.
- e) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- f) Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

12.2 As sanções previstas nos subitens 12.1, itens “a”, “e”, “f” e “g” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

12.3 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

12.4 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

12.5 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12.6 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº. 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e

decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

12.7 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº. 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

12.8 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

12.9 A aplicação de sanções previstas neste instrumento, realizar-se-á em processo administrativo e assegurará contraditório e a ampla defesa à Contratada, cuja intimação dar-se-á na forma da lei, inclusive através de fax ou e-mail.

12.10 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

13 VALOR DA CONTRATAÇÃO: **R\$ 3.500,00 (TRÊS MIL E QUINHENTOS REAIS)**

13.1 Sobre o valor cobrado haverá retenção de 11% (onze por cento) referente ao INSS e 5% (cinco por cento) referente ao ISSQN.

14 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: A despesa decorrente desta contratação deverá ser custeada pelo plano orçamentário "Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados" da Escola Judicial do TRT-7ª Região.

15 IMPACTO ORÇAMENTÁRIO NOS DOIS EXERCÍCIOS SUBSEQUENTES: Não haverá impacto orçamentário.

Fortaleza (CE), 27 de janeiro de 2021.

Flávia Regina Mendes Bezerra de Moraes
Diretora da Divisão Executiva da Escola Judicial

ANEXO

DECLARAÇÃO

....., portador(a) da carteira de identidade nº e do CPF nº, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva:

() emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz

OBS: em caso afirmativo assinalar a ressalva acima.

Cidade/UF,

Representante legal

DECLARAÇÃO

..... , portador(a) da carteira de identidade nº e do CPF nº DECLARA, para fins Resolução nº 07/2005 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, não ser cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau inclusive, dos respectivos membros ou juízes vinculados, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação no TRT7ª.

Cidade/UF,

Representante legal

DECLARAÇÃO

....., portador(a) da carteira de identidade nº e do CPF nº, DECLARA que não é servidor ou dirigente do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, nos termos do inciso III do art. 9º da Lei 8.666/93 .

Cidade/UF,

Assinatura

DECLARAÇÃO

....., portador(a) da carteira de identidade nº e do CPF nº, DECLARA que não presta serviços através de instituição (pessoa jurídica).

.

Cidade/UF,

Assinatura